

As previsões dos bancos para 1982 não poderiam ser melhores: queda da inflação, dos juros, do preço do petróleo. E há indícios de que muito disso se confirmará: os juros dos EUA voltaram a baixar, e a França se dispõe a investir mais no Brasil.

Previsão de um ano muito melhor

Mais investimentos da França no Brasil. Um deles, de 200 milhões de dólares.

Texto de Luís Nassif

O presidente do *Société Générale de France*, Maurice Lauré, definiu, ontem, em Brasília, com o ministro Delfim Neto, a concessão de um empréstimo de 200 milhões de dólares para o financiamento de vários projetos no Brasil, elevando sua participação na dívida do País para um bilhão de dólares.

À noite, compareceu a um coquetel, no Nacional Clube, em São Paulo.

Foi um coquetel onde primou a colônia libanesa. Desde o conhecido e respeitado Nassif Mofarrej até o conhecido Jorge Wolney Atalla. Além deles, havia pelo menos um ministro de Estado — Murilo Macedo —, um ex-ministeriável — Marcus Vianna, ex-presidente do BNDE —, mais o mundo financeiro paulista.

Nesse coquetel, no Nacional Club, em São Paulo, foi anunciada oficialmente a associação do empresário libanês, radicado no Brasil, Naji Nahas, com o *Société Générale*. Nahas, com 65%, o *Société*, com os 35% restantes, comporão doravante o Sogeral — o sucessor do falecido Banco do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro.

No coquetel, Lauré, 64 anos, que, entre outros feitos, tem o de ter criado o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias, na França, concedeu a seguinte entrevista à imprensa.

Como vê a situação da economia brasileira?

Melhorou bastante, às custas do sacrifício do crescimento. A contenção monetária foi uma solução sábia, embora implique em grandes sacrifícios à Nação.

É interessante a um banco como o *Société Générale* emprestar a um país que se recusa a crescer?

Mesmo com o crescimento da economia diminuindo, as perspectivas de crescimento a médio prazo são muito auspiciosas. A *Société Générale* não perdeu seu entusiasmo pelo Brasil, pelo contrário.

Por quanto tempo ainda o senhor julga que o Brasil deve permanecer nessa recessão?

Julgo que as possibilidades de crescimento agrícola vão permitir o crescimento da economia para o próximo ano. A produção de alimentos encerra boas possibilidades. De um lado, pelo fato do investimento ser interno sem depender de importações. Do outro, porque, com a demanda de alimentos a nível mundial, a tendência é de se aumentar as cotações de produtos alimentícios — o que não deverá ocorrer com a produção mineral.

Em sua opinião, qual deverá ser o comportamento das taxas de juros americanas em 82?

Eu não sou adivinho. Acredito que deva começar a baixar, já que chegou a tais alturas que já chegou a prejudicar a própria economia norte-americana. Mas não é impossível que, depois da baixa, ela suba novamente, em função da política econômica norte-americana. Mas mesmo essa pequena baixa terá um efeito muito positivo sobre a economia mundial.

O senhor julga a abertura política benéfica à economia brasileira?

Eu não tenho conhecimento suficiente para analisar os efeitos da abertura internamente. Em termos de imagem externa, porém, foi muito positiva. Graças a ela, o Brasil é, hoje em dia, um dos países que mais tem amigos — e, conse-

qüentemente, tem menos inimigos — no mundo.

Quanto o *Société Générale* pretende trazer para o Brasil em 82?

Os nossos recursos são muito amplos. Vamos trazer o que for conveniente tanto para o Brasil como para a França. Porque nós também funcionamos de apoio tanto para a atividade industrial francesa, como para a de outros países.

Como o senhor vê as possibilidades de cooperação nuclear Brasil-França na era Mitterrand?

A França tem muita coisa que poderia trazer para o Brasil, no plano nuclear. Mas o Brasil parece ter adotado uma posição fechada de cooperação com a Alemanha. De qualquer maneira, julgo que o problema nuclear não é tão importante para o Brasil, tendo em vista as possibilidades do país em outras áreas energéticas. O setor hidrelétrico encerra muito maiores possibilidades, principalmente devido ao fato de a indústria nacional poder participar largamente da construção de usinas. Não me parece ser o mesmo caso do programa nuclear.

Como o senhor analisa o spread que o Brasil tem pago por seus empréstimos externos?

É bom.

Para quem?

Para ambos os lados. Quando um país exerce uma pressão muito grande para baixar o spread dos empréstimos, ele deixa de contar com a simpatia dos bancos.

Como o senhor vê a situação dos bancos franceses após sua nacionalização por Mitterrand?

É muito difícil, para mim, opinar, tendo em vista que eu presido um banco nacionalizado. O que posso dizer é que um banco nacionalizado pode ser tão eficiente quanto um privado. Vocês mesmos têm, aqui, o exemplo do Banco do Brasil.

Como especialista em legislação fiscal, como encara o tratamento fiscal que o Brasil dispensa ao capital estrangeiro?

No que se refere ao capital estrangeiro, o que o desencoraja não é o aspecto fiscal, mas as próprias limitações ao seu ingresso no País. Existe um nacionalismo excessivo no que se refere à entrada de capitais. O Brasil deveria encorajar o ingresso de recursos externos.

De que forma, especificamente?

Por exemplo, as hidrelétricas poderiam ter a participação de acionistas estrangeiros. Seria bom para o País, já que há o risco dos acionistas levarem a hidrelétrica de volta. Para atrair esses acionistas, bastaria que eles tivessem a segurança de que, depois de dez ou vinte anos, eles poderiam revender as ações, indexadas ao preço da energia. Seria um investimento muito atraente. Estou pensando em estudar esse projeto e encaminhar a sugestão ao ministro Delfim Neto.

E Carajás?

É muito interessante. Mas ainda é muito cedo para entrar. É um projeto enorme, que exige muitos recursos, mas ainda é relativamente desconhecido. A França tem ajudado indiretamente Carajás. Por exemplo, o embaixador da França no Brasil vai levar o embaixador do Kuwait para recomendar-lhe a investir em Carajás.

JUROS: CONTINUA A QUEDA NOS EUA

Dois dos maiores bancos dos EUA, o Chase Manhattan e o First National de Chicago, reduziram ontem sua taxa de juros preferenciais (*prime rate*) de 17 para 16,5%, o nível mais baixo desde os 16,25% registrados em 20 de novembro de 1980. A decisão refletiu-se na Europa, provocando quedas na cotação do dólar norte-americano na maioria dos mercados.

Para o Brasil, essa é uma boa notícia, pois poderá reduzir o serviço da nossa dívida, e até baixar os juros internos, como previu o ministro Delfim Neto. Em Londres, o Banco de Liquidações informou que o México tomou o lugar do Brasil na liderança dos maiores devedores latino-americanos de bancos privados, neste segundo semestre, com uma dívida bruta de US\$ 45 bilhões.

Queda de juros em 82? Todos concordam.

O ministro Delfim Neto tem razão quando prevê uma redução dos juros, ainda que nominal, em 1982. Quanto a isto estão de acordo banqueiros e industriais. No entanto, foi considerada um "sofisma" a sua declaração de que os juros não estão tão altos quanto se alega.

O próprio presidente da Federação Nacional dos Bancos, Theóphilo de Azevedo Santos, afirmou ontem no Rio que até o mercado financeiro internacional tem consciência de que as taxas "estão excessivamente altas, motivo pelo qual existe tendência para melhorá-las".

Ao depor quarta-feira na CPI dos juros, Delfim citou três causas para o declínio das taxas: a *prime rate* (juros que os bancos norte-americanos cobram de seus melhores clientes) deverá estabilizar-se em 15% durante o primeiro semestre, o mesmo acontecendo com o *spread* (taxa de risco); a desvalorização cambial também será menor, em função da queda da inflação.

Todos estes fatores são decisivos para a fixação dos juros internos, já que eles precisam ficar acima das taxas internacionais para não comprometer a entrada de dólares indispensáveis ao fechamento do balanço de pagamentos.

A expectativa de grandes empresas para 1982 é mais ou menos idêntica: uma inflação situada entre 80% e 90% e um custo financeiro da ordem de 110% (considerando-se aqui uma mistura de créditos livres e subsidiados), não se esperando, portanto, qualquer redução real do custo do dinheiro.

Os empresários discordam, porém, francamente de Delfim quando este tenta demonstrar que os juros não andam tão altos como se diz. O ministro afirmou perante a CPI, a título de exemplo, que um empréstimo a juros de 140% ao ano acaba saindo de fato a 84%, porque há o abatimento de até 40%, dedutível do lucro permitido no Imposto de Renda.

"Um sofisma"

Ernesto D'Orsi, diretor financeiro da Mangels, e Getúlio Arrigo, gerente de finanças da Alpargatas, notam que é falho o argumento do ministro.

— A declaração é um sofisma — diz D'Orsi. O importante não é o que se abate mas o que se pode pagar. O juro é uma despesa como qualquer outra. E, para pagar Imposto de Renda, é preciso que tenha havido lucro, pois caso contrário não haverá imposto.

Arrigo usa argumentação semelhante. "A forma com que o ministro colocou o problema é simplista. O Imposto de Renda não é efetivamente de 40%. E reduzir o custo do empréstimo, deduzido como despesa, só é possível se a empresa tiver lucro. Mas é difícil obter lucro pagando 140% de taxa anual de juros." Os juros entram como despesa na declaração do Imposto de Renda das pessoas jurídicas. Até a declaração deste ano, relativa a ganhos obtidos em 1980, também entravam, até Cr\$ 31 mil, na declaração de renda das pessoas físicas. Nas declarações a serem apresentadas em 1982, os juros ficarão excluídos dos abatimentos, salvo os pagos ao Sistema Financeiro da Habitação.

As empresas levam em conta a dedução na declaração do Imposto de Renda, mas nem todas verificam qual o verdadeiro impacto dos juros sobre as contas. D'Orsi, por exemplo, afirmou não calcular esse impacto, e Arrigo lembrou que os números sobre o assunto mudam a toda hora, o que exigiria um acompanhamento constante.

Lucro alto demais

O principal, para ambos, é o nível dos juros. O diretor financeiro da Mangels considera essencial que se reduza a margem de lucro bancária, ou seja, a diferença entre os juros cobrados das empresas e os juros pagos aos tomadores de títulos das instituições financeiras. "Eu não vejo como se pode promover desenvolvimento com esses juros", disse ele, salientando o caso do Japão, onde a inflação é de 9%, os juros reais de 7% e as exportações este ano deverão crescer 23%.

Segundo Arrigo, "toda vez que analisamos uma alternativa de negócio, levamos em conta o IR. É o caso, por exemplo, de adquirir um bem ou fazer um *leasing* desse bem. Normalmente, o *leasing* é melhor. Além disso, o IR tem sempre uma importância preponderante".

Arrigo mostra que a Alpargatas toma em bancos a menor quantidade possível de recursos, porque se tivesse um nível de endividamento comum em seu ramo de atividades, entre 30 e 40%, "fatalmente teria os lucros minguados, com desconforto para os acionistas" (suas ações estão entre as que alcançaram maior valorização em Bolsa, nos últimos meses). A empresa usa no possível as linhas subsidiadas, para exportação, que custam aproximadamente 70% ao ano.

Tudo vai ficar melhor em 82: os preços do petróleo vão cair, o mesmo acontecendo com o dólar, os juros e a inflação. Enquanto isto, matérias-primas produzidas pelo Brasil, como o cacau e o café, terão seus preços valorizados no mercado internacional. Isto assegurará um superávit comercial de 2 bilhões de dólares, reduzindo-se o déficit em transações correntes para 10 bilhões de dólares (contra 13 bilhões em 1980).

Estas previsões são da Anbid (Associação Nacional dos Bancos de Investimentos) e foram divulgadas ontem no Rio. Apesar do seu otimismo, a entidade admite que o maior problema para a tomada de recursos externos continuará sendo a incerteza quanto à desvalorização cambial. O custo destes recursos será de 116%, se a desvalorização for de 70%, ou de 141%, se a depreciação chegar a 90% no próximo ano.

Segundo a Anbid, "ainda será elevada em 1982 a necessidade líquida de recursos externos". Mesmo que se confirme um déficit em conta corrente de 10 bilhões, ele precisará ser financiado por cerca de 2 bilhões de dólares em investimentos diretos e empréstimos externos de curto e longo prazos, em torno de 8 bilhões.

"Em termos brutos, calculamos que a necessidade total de empréstimos seja da ordem de 18 bilhões de dólares, levando em conta o volume de amortizações a ser realizado e um aumento de 1 bilhão nas reservas internacionais, para acompanhar o aumento das transações comerciais", estima a Anbid. Com isto, a dívida externa de longo prazo alcançaria 70 bilhões em dezembro de 82. (A dívida de curto prazo, com menos de dois anos de prazo de pagamento, e não computada na dívida total, é atualmente avaliada em oito bilhões de dólares.)

"Demagogia e desperdício"

Em Porto Alegre, o ex-secretário da Fazenda de São Paulo, Nelson Gomes Teixeira, atual presidente da Associação de Diretores Cristãos de Empresas, criticou ontem duramente a demagogia e o desperdício de recursos escassos feitos pelo governo.

Ele disse que "o Estado faz continuas afirmações de suas prioridades e entre elas destaca a agricultura, a educação e a moradia. No entanto, na prática, pouco realiza nesses campos, e investe quantias incomensuráveis em quase uma dezena de usinas nucleares".

Já em Brasília, o ministro da Indústria e Comércio, Camilo Pena, avisou que o governo não pretende conceder novos incentivos para a desconcentração do desenvolvimento, pois os créditos subsidiados já atingem níveis insustentáveis.

Ele advertiu que a desconcentração — através da implantação de indústrias de menor porte, para atender a mercados regionais, eliminando-se, portanto, os gastos com transporte a longas distâncias — é um fato inevitável, e os empresários que não compreenderem isto terão grandes prejuízos.

O ministro explica que até há alguns anos o crescimento econômico brasileiro teve como característica a montagem de grandes unidades de produção em determinadas regiões, de onde os produtos eram levados para o resto do País através do sistema rodoviário. Os custos de transportes, decorrentes das bruscas elevações nos preços do petróleo, obrigam a uma revisão desta orientação. "Não é mais possível que os supermercados de Recife vendam produtos trazidos do Rio Grande do Sul."

Além disso, os problemas decorrentes da concentração populacional nas grandes regiões metropolitanas, e mesmo os custos de produção nessas regiões, em muitos casos praticamente anulam a vantagem da economia de escala existente em unidades de grande porte.

A previsão é da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos: recuperação da nossa economia.

Ele deixa claro, no entanto, que a ideia do governo é fazer com que as "forças de mercado" se encarreguem de promover a desconcentração, ficando o poder público apenas com o papel de coordenador do processo.

Siderurgia

Em relação ao setor siderúrgico, também subordinado ao seu Ministério, Camilo Pena informou que a expansão do sistema Siderbrás, iniciado em 1977, exigirá investimentos globais de 16 bilhões de dólares, dos quais cerca de 78% já realizados. No entanto, não será possível adiar em mais dois anos a conclusão das obras, pois se isto ocorrer o País terá prejuízos, já que aplicou grandes somas que precisam ser pagas através das novas unidades de produção.

Do programa de expansão da Siderbrás, "um dos maiores senão o maior do mundo", a única etapa já totalmente concluída é a referente à Usiminas. Falta concluir as obras na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) e implantar a Acominas, em Minas Gerais, e a Siderúrgica de Tubarão, no Espírito Santo.

Ele informou que as dívidas da Siderbrás com empreiteiros, fornecedores e bancos privados atingem Cr\$ 40 bilhões. Uma das causas do déficit foi a contenção dos preços do aço no mercado interno, só suspensa este ano, e que deixou o produto brasileiro custando entre 30% e 40% menos que os preços internos de outros países.

Mas há outras: atraso na liberação de recursos do Tesouro, máxime a valorização do cruzeiro em 1979, falta de dinheiro no BNDE (um dos principais financiadores do setor), além da queda de 15% no consumo de aço este ano.

Ainda em Brasília, o presidente da Portobrás, Arno Oscar Markus, revelou ontem que o ministro do Planejamento não aprovou os Cr\$ 2 bilhões necessários à compra dos equipamentos para a construção de eclusas em Ibitinga e Bariri, o que ampliaria a navegabilidade nos rios Tietê e Paraná. No entanto, já estão assegurados os recursos para as obras de Tucuruí, que permitirão a navegabilidade dos rios Araguaia e Tocantins.

Disse que o porto de Santos receberá Cr\$ 700 milhões para a recuperação de armazéns e alargamento do cais. Segundo ele, a Companhia Docas do Estado de São Paulo está enfrentando dificuldades, porque "as taxas cobradas às importações são mais elevadas que as cobradas às exportações e, como houve queda de quase 2 milhões de toneladas nas importações, os custos se elevam".

Mais emissões

Por sua vez, o presidente Figueiredo, ao reassumir o cargo ontem, enviou mensagem ao Congresso, solicitando homologação de decisão do Conselho Monetário Nacional, que aprovou emissão suplementar de Cr\$ 150 bilhões este ano. Com isto, o total de dinheiro novo em circulação chegará a Cr\$ 286 bilhões.

Até o final de outubro, o Banco Central emitiu Cr\$ 109 bilhões, o equivalente a 8% do saldo dos meios de pagamento existentes em 31 de dezembro. Pela legislação em vigor, o Banco Central só pode emitir, a cada ano, o máximo de 10% do saldo dos meios de pagamento no ano anterior. Os Cr\$ 286 bilhões equivalem a 20,9% deste saldo.